



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM
CENTRO REGIONAL DE BELÉM
COORDENAÇÃO OPERACIONAL DE BELÉM

TERMO DE REFERÊNCIA

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME 1/2019

Modelo de documento: De acordo o disponibilizado no site do Governo Digital: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/4-termo-de-referencia-ou-projeto-basico-v2-0.odt>

1. **OBJETO DA CONTRATAÇÃO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 13)**

1.1. O presente Projeto Básico tem por objetivo a aquisição, mediante licitação, de 8 (oito) licenças de software de processamento de imagens de VANT/DRONE **AGISOFT METASHAPE PROFESSIONAL**, incluindo suporte técnico pelo período de 03 (três) meses, para atender expansão das áreas de atuação do projeto SIPAMHidro, sendo duas unidade para cada Centro Regional do Censipam (Belém, Manaus, Porto Velho) e outras duas para o CCG, conforme condições e quantidades previstas neste instrumento.

2. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 14)**

2.1. **Bens e serviços que compõem a solução**

Tabela 1 - itens que compõem a solução a ser adquirida.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE
1	<p>Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador - PROCESSADOR DE IMAGEM - Licença flutuante de uso do software de processamento de imagens coletadas por VANT/DRONE, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capaz de processar dados de câmeras termais, infravermelho, infravermelho próximo e multibandas; • Cálculo de aerotriangulação e ajustamento em bloco; • Ajustamento por Pontos de Controle; • Geração de Nuvem de Pontos Densa; • Classificação da Nuvem de Pontos; • Geração de MDS /MDT; • Geração e texturização de modelos 3D; • Geração de Curvas de Nível; • Geração e Edição de Ortofotos georreferenciadas; • Exportação de Dados em Vários Formatos; • Cálculo do índice NDVI. • Gerar relatório de processamento contendo informações do projeto, como: Prévias visuais do processamento, Mapa de densidade de cobertura de câmeras, gráfico de calibração da câmera, Mapa de localização das câmeras com índice de deslocamento horizontal e vertical, mapas e tabelas contendo os deslocamentos dos pontos de controle e checagem, sumário geral de processamento com informações como projeção do projeto e parâmetros de cada etapa do processamento. • Compatibilidade com sistema operacional Windows 10 ou superior • Software para aquisição: Agisoft Metashape Professional (Conforme estabelecido no ETP) • GARANTIA: 03 (três) meses de suporte técnico, por meio digital. 	27472	UNIDADE	8

2.1.1. Os códigos CATSER 27472 - "Licenciamento de direitos permanentes de uso de outros softwares / programas de computador", se encontra cadastrado e ativo no CATSER-TI - Estrutura do Catálogo de Serviços de TIC do MPDG. Além disso, consta no portal de Painel de Preços no seguinte endereço <https://siasgnet-consultas.siasgnet.estaleiro.serpro.gov.br/siasgnet-catalogo/#/>.

2.1.2. Com o objetivo de melhorar a qualidade das informações do Catálogo de Materiais – CATMAT, o Portal de Compras do Governo Federal informou que, a partir de novembro/2018 serão suspensos itens de softwares que estavam cadastrados como material. A suspensão dos itens de material visa atender recomendações da Secretária do Tesouro Nacional – STN de que “softwares” devem ser contratados como serviço e não como material. Para tanto, no Catálogo de Serviços – CATSER foram incluídos códigos de serviços para “Licenciamento de Direito de Uso de Software”, de forma permanente (ND 44904005) e temporária/locação (ND 33904006).

2.2. **Especificações Técnicas**

2.2.1. Processamento de imagens de drone para geração de produtos 2 e 2,5D;

2.2.2. Deve permitir conexão de até 8 (oito) usuários simultaneamente através de licenças flutuantes, sem limitações de tempo de conexão;

2.2.3. Deve permitir desvinculação de licença para uso offline, em missões de campo;

2.2.4. Processamento de vários tipos de imagens: antena (baixa, oblíqua) / fechadura. Calibração automática: quadro (olho de peixe) / câmeras esféricas / cilíndricas. Suporte a vários projetos de câmera.

2.2.5. Elaborar edição de modelo para obter resultados precisos. Classificação de pontos para personalizar a reconstrução de geometria. Exportação de LAS para se beneficiar do fluxo de trabalho clássico de processamento de dados pontuais.

2.2.6. Modelo de superfície digital e / ou digital de terreno (com suporte de customização de parâmetros para classificação e diferenciação automática entre superfícies de solo); Georreferenciamento com base em metadados EXIF / log de voo: dados GPS / GCPs; Suporte a sistemas de coordenadas de registro EPSG: WGS84, UTM, etc

2.2.7. Exportação orto-mosaico georreferenciado - Orto-mosaico georreferenciado: formato geoTIFF mais compatível com GIS; Arquivo .KML a ser localizado no Google Earth. Exportação em blocos para projetos enormes. Correção de cor para textura homogênea.

2.2.8. Medições - distâncias, áreas, volumes: Ferramentas incorporadas para medir distâncias, áreas e volumes. Para realizar análises métricas mais sofisticadas, os produtos Metashape podem ser facilmente transferidos para ferramentas externas graças a uma variedade de formatos de exportação.

2.2.9. Pontos de controle terrestre - topografia de alta precisão: Os GCPs são importados para controlar a precisão dos resultados. Detecção automática de códigos / códigos não codificados para entrada rápida de GCPs. Ferramenta de barra de escala para definir a distância de referência sem implementação de

- equipamentos de posicionamento.
- 2.2.10. Processamento de imagens multiespectral: Processamento de imagens RGB / NIR / térmico / multiespectral. Reconstrução rápida com base em canais preferenciais. Geração ortomossômica multicanal para cálculo e exportação de índices de vegetação integrados (NDVI).
- 2.2.11. Modelo 3D: geração e texturização: Várias cenas: artefatos, edifícios, interiores, pessoas, etc. Texturas fotorrealistas: HDR e suporte multifele.
- 2.2.12. Gerar relatório de processamento contendo informações do projeto, como: Prévias visuais do processamento, Mapa de densidade de cobertura de câmeras, gráfico de calibração da câmera, Mapa de localização das câmeras com índice de deslocamento horizontal e vertical, mapas e tabelas contendo os deslocamentos dos pontos de controle e checagem, sumário geral de processamento com informações como projeção do projeto e parâmetros de cada etapa do processamento.
- 2.2.13. Processamento de rede: Cálculos distribuídos em uma rede de computadores para usar o poder combinado de múltiplos nós para processamento de conjuntos de grandes dados em um único projeto.
3. **JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 15)**
- 3.1. **Contextualização e Justificativa da Contratação - (IN SGD/ME 01/2019, art. 15)**
- 3.1.1. O Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM tem por finalidade integrar, avaliar e difundir informações para planejamento e a coordenação das ações globais de governo com atuação na Amazônia, visando potencializar o desenvolvimento sustentável da região.
- 3.1.2. Uma das carências na região, apesar de estar situada dentro da maior bacia hidrográfica do mundo, é justamente o estudo e conhecimento da dinâmica hidrometeorológica.
- 3.1.3. Com o mapeamento já realizado em diversos municípios suscetíveis à inundações, há outra etapa de processamento desses dados, para geração de Ortomosaicos e Modelos Digitais de Terreno que serão incorporados na plataforma SIPAMHIDRO.
- 3.1.4. Os produtos gerados pelo processamento das imagens de Drone são integrados à plataforma do SipamHidro para gerar informações sobre alertas de curtíssimo prazo de alagamentos e inundações em bacias urbanas. Cabe ressaltar que o referido sistema de gestão de riscos é considerado crítico para o Ministério da Defesa pois tem relevância destacada no monitoramento e análise de eventos hidrometeorológicos.
- 3.1.5. Para tanto, o software de processamento traz a possibilidade do Censipam expandir o número de municípios que serão atendidos com esse produto e dar mais um insumo para o poder público atuar nas populações vulneráveis à inundações, assim como atuar em diversas outras áreas de mapeamento.
- 3.1.6. A solução (clientes) será utilizada nos Centro de Coordenação Geral em Brasília/DF e Centros Regionais de Manaus, Porto Velho e Belém do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM. O servidor, entretanto, será instalado e configurado em Brasília.
- 3.2. **Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais – (IN SGD/ME 01/2019, art. 15, inciso I)**
- 3.2.1. As necessidades de negócio descritas nas tabelas a seguir nortearão os requisitos tecnológicos, modelo de execução e de gestão da contratação.

Tabela 2 — Alinhamento aos planos estratégicos da área

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS DA ÁREA	
O PETIC 2013/2023 pode ser acessado por meio dos link PETIC	
ID	Objetivos Estratégicos
OE8	Eficiência Operacional Facilitar a comunicação com o público interno e externo Disponibilizar ferramentas para divulgação das informações institucionais, técnicas, operacionais, processuais e administrativas, bem como ambiente para interação e colaboração na produção e socialização do conhecimento.
IE 8.1	Implantar e manter sistemas e serviços de comunicação eletrônica, de gerenciamento de conteúdo e de colaboração e interação, promovendo a formalização, integração e socialização do conhecimento.

Tabela 3 - Alinhamento ao PDTIC

ALINHAMENTO AO PDTIC VIGENTE			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
17	Apoio na recepção e processamento dos dados de imagens de satélites, Garantia, Suporte, Manutenção e Gerenciamento do serviço de sensoriamento remoto, licenciamento para geoprocessamento.	10.2	Índice de disponibilidade dos serviços de infraestrutura interna

Tabela 4 - Alinhamento ao pac

ALINHAMENTO AO PAC	
Item	Descrição
91/2023	Serviço de licença pelo uso de software.

- 3.3. **Estimativa da demanda**
- 3.3.1. O CCG e Centros Regionais possuem diversos projetos que podem fazer uso do software, desde Hidrologia ao monitoramento de ilícitos, dentre os quais participam servidores civis, militares, bolsistas e estagiários que podem se utilizar dessa ferramenta.
- 3.3.2. O processamento das imagens de drone é etapa fundamental e deve ser realizado imediatamente após a coleta de dados e imageamento em campo e se faz necessária, inclusive, para validação dos dados, demonstrando à equipe de campo que todas as imagens foram capturadas pelo VANT/DRONE corretamente;
- 3.3.3. Assim, devem ser realizadas pela própria equipe de mapeamento;
- 3.3.4. Somando-se a essas etapas ordinárias de rotina, temos ainda a demanda reprimida de processamento com aproximadamente 2 (dois) anos produção;
- 3.3.5. Considerando os aspectos acima expostos, e que o órgão possui não mais que 12 a 15 pessoas aptas ao processamento, e que as licenças são de uso flutuantes (e que, portanto, não precisam ficar atreladas a um computador), e que nem todos irão utilizar de forma simultânea: a demanda estimada pela equipe de contratação consiste em 02 (duas) licenças por cada Centro Regional mais 02 (duas) para o CCG, conforme cálculo abaixo: CR-PV(2) + CR-BE(2) + CR-MN(2) + CCG(2) = 08 licenças;

Tabela 3 - Relação de Bens e Serviços Demandados

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1	PROCESSADOR DE IMAGEM - Licença flutuante de uso do software de processamento de imagens coletadas por VANT/DRONE Agisoft Metashape Professional	Unidade	8

- 3.4. **Parcelamento da Solução de TIC – (IN SGD/ME 01/2019, art. 12, §2º, inciso I)**
- 3.4.1. O planejamento das contratações perpassa pela necessidade de se analisar a viabilidade de dividir objeto em tantas parcelas (lotes ou itens) quanto se fizer necessário, considerando as condicionantes de cada caso concreto. Tal procedimento fora disciplinado pelo inc. IV do art. 15 c/c o §1º do art. 23 ambos da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

IV. ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;"

"Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

§1º. as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda de economia em escala."

3.4.2. É oportuno que se pondere que a premissa do parcelamento do objeto, ainda que se constitua como regra, comporta exceções, que devem perpassar pela análise do objeto que se pretende contratar. Nesse contexto, a Administração detém competência discricionária para decidir em quais hipóteses irá dividir ou reunir o objeto, sempre com vistas a atender o interesse público envolvido na contratação, ao que se recomenda, com base nas disposições legais, que sejam analisados os seguintes aspectos¹:

- a) se o objeto comporta materialmente a divisão;
- b) viabilidade técnica do parcelamento;
- c) se a divisão é a opção mais vantajosa para a Administração, do ponto de vista econômico-financeiro.

3.4.3. Analisando esse contexto, principalmente por se tratar de único item, pondera-se:

- A implantação da solução envolve a criação e manutenção de servidor de licenças;
- Há também previsão de manutenção do servidor de licenças por 3 (três) meses após assinatura do contrato;
- Dessa forma, segmentar esse único item com cotas obrigaria duas empresas distintas a dar manutenção no mesmo servidor (inviável) ou que apenas uma delas absorva essa incumbência, o que fere o princípio da isonomia.
- Posto isso, pode-se chegar a situações em que um fornecedor não aceitaria sua parte de responsabilidade na ocorrências de problemas culpando o outro fornecedor por eventuais ocorrências;

3.4.4. Neste sentido, esclarecemos que a análise da EPC aponta para o **NÃO PARCELAMENTO** do objeto.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.5.1. Atender as necessidades de monitoramento hidrometeorológico do Projeto Sistema de Integrado de Alerta Hidrometeorológico executado conjuntamente pelos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho.

3.5.2. Manter e aprimorar a produção de dados hidrometeorológicos.

3.5.3. Apoio à elaboração de alertas de eventos severos para apoiar as ações de defesa civil;

3.5.4. Contribuição para a missão institucional na Amazônia de "integrar informação e gerar conhecimento".

3.5.5. Acompanhamento das condições hidrológicas dos principais rios das grandes bacias e de bacias urbanas da região Amazônica, onde será possível aprimorar a integração de dados processados no âmbito do Sistema Integrado de Monitoramento e Alerta Hidrometeorológico (SIPAMHidro).

3.5.6. Obter o ortomosaico georreferenciado das áreas de risco de inundação para a extração das feições de eixo de vias e edificações, como também, o modelo digital do terreno (MDT) para obtenção das cotas altimétricas das feições mapeadas.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 16)

4.1. Requisitos de Negócio - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso I, alínea "a")

4.1.1. A disponibilização do software deverá ser prestada mediante a entrega digital de licenças para uso individual ou flutuante (caso disponível), que também permita uso offline, assim como demais características técnicas definidas no Projeto Básico.

4.2. Requisitos de Capacitação - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso I, alínea "b")

4.2.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

4.3. Requisitos Legais - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso I, alínea "c")

4.3.1. Decreto-lei nº 200/1967, art. 10, § 7º - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

4.3.2. Lei nº 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.3.3. Lei nº 9.854/1999 - Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regula o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.3.4. Lei nº 14.065, de 30 de setembro de 2020 - Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública; adequa os limites de dispensa de licitação; amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

4.3.5. Decreto nº 2.271/1997 - Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.3.6. Decreto nº 6.204/2007 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública.

4.3.7. Decreto nº 7.174/2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

4.3.8. Decreto nº 8.538/2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

4.3.9. Decreto nº 8.777 de 2016 - Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

4.3.10. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

4.3.11. Instrução Normativa SLTI nº 05/2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.3.12. Instrução Normativa SLTI nº 1/2019 e alterações posteriores - Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal.

4.3.13. Instrução Normativa SLTI nº 5/2019 e alterações posteriores - Dispõe sobre as práticas de governança e gestão dos processos dos órgãos e entidades que atuam nas transferências voluntárias de recursos da União. Essa norma aplica-se subsidiariamente à IN/SLTI 05/2017 e alterações posteriores.

4.3.14. Instrução Normativa SLTI nº 73/2020 - Dispõe sobre procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

- 4.3.15. Instrução Normativa SLTI nº 31/2021 – Altera a Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
- 4.3.16. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC-2020-2023 - Censipam. (IN. 40/2020, Art. 7º - IX)
- 4.3.17. Plano de Trabalho Anual - PTA, de 2023.
- 4.3.18. PCA Censipam, de 2023 (IN. 40/2020, Art. 7º - IX)
- 4.4. **Requisitos de Manutenção - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “d”)**
- 4.4.1. Durante o período de vigência da garantia, as atualizações de software que compõem a solução, contemplando correções, melhorias ou novas funcionalidades deverão ser disponibilizadas ao CONTRATANTE via internet pela fabricante do software.
- 4.5. **Requisitos Temporais - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “e”)**
- 4.5.1. As licenças e todos os seus elementos deverão ser fornecidos e estarem funcionais no prazo estimado de 10 (dez) dias corridos.
- 4.6. **Requisitos de Segurança e privacidade - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “f”)**
- 4.6.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e a instalação do servidor de licenças deverá ocorrer de maneira remota, via acesso remoto ou com instruções repassadas em uma videoconferência entre a CONTRATADA e equipe da CONTRATANTE;
- 4.7. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “g”)**
- 4.7.1. A contratação deverá observar os requisitos de Sustentabilidade além, dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- a) Promover a sustentabilidade ambiental, através da menor utilização de recursos naturais em seus processos produtivos, menor presença de materiais perigosos ou tóxicos, maior vida útil, possibilidade de reutilização ou reciclagem, geração de menor volume de resíduos;
 - b) Deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente;
 - c) Os materiais devem ser duráveis de forma que haja melhor relação custo x benefício;
 - d) Os materiais utilizados devem ter baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.
- 4.7.2. Para esta contratação deverão ser também observados os seguintes parâmetros relativos à sustentabilidade:
- 4.7.2.1. O disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, em especial o que versa seu artigo 5º;
 - 4.7.2.2. O disposto no Decreto nº 7.746 de 2012, em especial o que versa seu artigo 4º;
 - 4.7.2.3. O disposto na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;
 - 4.7.2.4. Promover a sustentabilidade ambiental, através da menor utilização de recursos naturais em seus processos produtivos, menor presença de materiais perigosos ou tóxicos, maior vida útil, possibilidade de reutilização ou reciclagem, geração de menor volume de resíduos.
- 4.8. **Requisitos de Arquitetura Tecnológica - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “a”)**
- 4.8.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da CONTRATANTE;
- 4.8.2. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela CONTRATANTE. Caso não seja autorizada, é vedado à CONTRATADA adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.
- 4.8.3. Os requisitos técnicos devem ser integralmente observados.
- 4.8.4. O servidor de licenças deverá estar no CCG/Brasília. Embora o fabricante do software não informe "requisitos mínimos", será considerado uma máquina (virtual ou não) com configurações consideradas "básicas".
- 4.9. **Requisitos de Projeto e de Implementação - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “b”)**
- 4.9.1. Não se aplica.
- 4.10. **Requisitos de Implantação - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “c”)**
- 4.10.1. A Contratada deverá disponibilizar um plano de execução que contemple o fornecimento e repasse de conhecimento quanto a operação e configuração dos serviços necessários a solução a ser adquirida, principalmente em relação ao servidor de licenças.
- 4.11. **Requisitos de Garantia - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “d”)**
- 4.11.1. O prazo de garantia do produto será de 03 (três) meses de suporte técnico, por meio digital, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 4.12. **Requisitos de Manutenção (IN. 01/2019, art.16, inciso II, alínea “d”)**
- 4.12.1. Os serviços de manutenção evolutiva/corretiva e suporte técnico deverão ser prestados durante toda a vigência do contrato.
- 4.13. **Requisitos de Comunicação (IN. 01/2019, art.16, inciso II, alínea “d”)**
- 4.13.1. A Contratada deverá disponibilizar meio de acesso para abertura de chamados em garantia que utilize mecanismos formais de comunicação, tais como: e-mail, site ou central de atendimento.
- 4.14. **Requisitos de Capacitação - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “e”)**
- 4.14.1. Não se aplica.
- 4.15. **Requisitos de Experiência Profissional - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “f”)**
- 4.15.1. Não se aplica.
- 4.16. **Requisitos de Formação da Equipe - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “g”)**
- 4.16.1. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente a contratação;
- 4.17. **Requisitos de Metodologia de Trabalho - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “h”)**
- 4.17.1. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante;
- 4.17.2. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados;
- 4.17.3. O CONTRATADO deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 08 horas por dia e 5 dias por semana de maneira eletrônica e telefônica;
- 4.17.4. A execução do serviço (de configuração do servidor de licenças) deve ser acompanhada pelo Contratante.
- 4.18. **Requisitos de Segurança da Informação - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “i”)**
- 4.18.1. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade, conforme legislação vigente;

4.19. Outros Requisitos Aplicáveis - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “j”)

4.19.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. RESPONSABILIDADES - (IN SGD/ME 01/2019, ART. 16)**5.1. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE (IN SGD/ME 01/2019, Art. 17, INCISO I)**

- Nomear Gestor e Fiscais Técnico e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da Contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Instrumento;

5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA (IN SGD/ME 01/2019, Art. 17, INCISO II)

- Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;
- Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- A contratada deverá instalar o servidor de licenças remotamente, ou, em concordância da equipe da DITEC deste Censipam, fornecer as instruções para instalação;
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO - (IN SGD/ME 01/2019, ART. 18)**6.1. Rotinas de Execução - (IN SGD/ME 01/2019, art. 18, inciso I)****6.1.1. Realização da Reunião Inicial**

6.1.1.1. Conforme inciso I do artigo 31 da Instrução Normativa Nº 1 da SGD/ME, de 4 de abril de 2019, deverá ser realizada reunião inicial com participação dos Fiscais do Contrato, do Representante Legal da Contratada e demais intervenientes identificados.

6.1.1.2. Conforme alínea “b” do inciso I do artigo 31 da Instrução Normativa Nº 4 da SGD/ME, de 4 de abril de 2019, a pauta da reunião mencionada acima contemplará a entrega, por parte da Contratada, dos Termos de Compromisso e de Responsabilidade nos casos em que se apliquem.

6.1.1.3. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.1.1.4. Conforme estimado no item 6.1.4.10, a reunião ocorrerá em até 10 dias corridos após assinatura do contrato.

6.1.2. Procedimentos para encaminhamento e controle de solicitações

6.1.2.1. A assistência técnica será realizada sempre que solicitada pela Contratante, por meio da abertura de chamado técnico diretamente à empresa Contratada.

6.1.2.2. A Contratada deverá disponibilizar para abertura de chamados canal oficial em meio escrito (e-mail ou chat via mensagem) para solicitação de suporte técnico.

6.1.2.3. O prazo de resolução do chamado deverá ser acordado caso a caso entre o atendimento técnico da Contratada e o Fiscal Setorial responsável pela abertura do chamado.

6.1.2.4. Um chamado técnico somente poderá ser fechado após a confirmação da Contratante, de maneira que o término do atendimento se dê com a disponibilidade do recurso para uso, em perfeitas condições de funcionamento dos serviços.

6.1.2.5. Todos os chamados deverão ser executados remotamente;

6.1.3. Forma de execução e acompanhamento

6.1.3.1. A entrega dos produtos e início da execução dos serviços deverá se dar em, no máximo, 10 dias corridos da assinatura dos contrato.

6.1.3.2. A apuração de eventuais atrasos na entrega estará sujeita a penalidades especificadas na seção **7.4. - Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**, que deverá ser registrada em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.1.3.3. Os testes com o servidor de licenças serão realizados pelas equipes técnicas da Contratante e da Contratada, sendo admitida a participação remota das equipes envolvidas;

6.1.3.4. Os testes serão realizados para o item 1 observando-se pelo menos:

- Presença mínima de 4 servidores do Censipam dispersos, locais, remotos, o CCG e demais Centros Regionais.
- O atendimento às especificações técnicas contidas nesse documento (funcionamento das licenças nos Centros Regionais e locação de licenças para uso offline).

- 6.1.3.5. Após os requisitos acima atendidos, deverá ser formalizada em termo circunstanciado, referente a data efetiva de início da prestação dos serviços por meio de emissão do termo de recebimento provisório, conforme modelo do **APÊNDICE V - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**.
- 6.1.3.6. A Contratada fica obrigada a executar todos os serviços, de acordo com o edital e sua proposta.
- 6.1.4. **Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços**
- 6.1.4.1. O início da execução dos serviços de uso da licença de software deverá se dar em, no máximo, 10 (dez) dias corridos da assinatura dos contrato.
- 6.1.4.2. A Contratada deverá fornecer as licenças de softwares nos termos deste Termo de Referência.
- 6.1.4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 dias corridos após a reunião inicial, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste documento, mediante emissão do Termo de Recebimento Provisório conforme modelo constante no **APÊNDICE V - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**.
- 6.1.4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.1.4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, de acordo com a planilha de verificação conforme modelo constante no **APÊNDICE I- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, e consequente aceitação mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo conforme modelo constante no **APÊNDICE VI - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**.
- 6.1.4.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.1.4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.1.4.8. O prazo para a realização da migração e transferência de conhecimento deverá ocorrer em até 90 dias (tempo de garantia legal) após a entrega das licenças, em dia úteis, das 8h às 18h, horário de Brasília.
- 6.1.4.9. O prazo para o fornecimento das licenças se dará com o envio do link de acesso para o endereço eletrônico a ser fornecido no ato, em no máximo 10 dias corridos a partir da reunião inicial.
- 6.1.4.10. **Cronograma Estimado de Execução:**

Tabela 8 - Cronograma de execução

Evento	Atividade	Precedência	Prazo	Contagem	
Item 1					
0	Assinatura do Contrato	-	0	N/D	
1	Recebimento da cópia assinada do contrato	0	10	Dias corridos	
2	Reunião inicial	1	5		
3	Apresentação de documentação exigida à CONTRATADA e a CONTRATANTE	3	10	Dias corridos	
4	Empenho do valor para pagamento único	4	20	Dias corridos	
5	Fornecimento dos softwares, instalação e configuração , além da apresentação de documentação/manuais no idioma português ao CENSIPAM	5	20	Dias corridos	
6	Realização de avaliações e testes de aceitação	6	10	Dias úteis	Equip
7	Início efetivo da ativação da licença de uso	7	10	Dias úteis	
8	Solicitação da emissão da nota fiscal pela Contratada para Pagamento único	7	20	Dias úteis	
9	Pagamento único da nota fiscal	8	30	Dias corridos	

- 6.1.5. **Locais de entrega**
- 6.1.6. O local de instalação e configuração do software (servidor de licenças) ocorrerá em Brasília, conforme descrito no item 3.1.6 da seção 3 - JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, Art. 15).
- 6.1.7. **Documentação mínima exigida**
- 6.1.7.1. Conforme definições nas seguintes seções deste documento:
 - "6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO"
 - "7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO"
- 6.1.7.2. Todas as ocorrências relativas a execução e gestão contratual devem ser registradas no processo assim como as comunicações entre a Contratada e a Contratante.
- 6.1.7.3. Toda a documentação fornecida pela Contratada deve ser preferencialmente elaborada em português do Brasil.
- 6.1.8. **Papéis e responsabilidades por parte da contratante e da contratada**
- Quadro 8 - Papéis e Responsabilidades dos atores

Papéis	Formação	Resumo das atividades
Gestor do Contrato	Servidor com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais, relacionadas ao processo de gestão do contrato	Providenciar reunião inicial com a Contratada Promover reuniões de controle entre fiscais e representantes da Contratada Encaminhar pedidos de sanções Acompanhar o recebimento de equipamentos da Contratada Autorizar emissão de notas fiscais Gerir o contrato Acompanhar e avaliar fornecimento de bens e serviços Gerir pagamentos Gerenciar a execução dos chamados em garantia abertos Encaminhar eventuais comunicações à Contratada por intermédio do preposto Observar as normas contidas neste Termo de Referência para a execução da gestão contratual Observar as normas internas do Censipam para execução da gestão contratual
Fiscal Técnico do Contrato	Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação ou da Área de Inteligência, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato	Providenciar, mensalmente, o Termo Circunstanciado de recebimento dos serviços mensais Confecção e abertura de chamados à Contratada Acompanhar o eventual fornecimento de equipamentos da Contratada e a prestação dos serviços Produzir pareceres técnicos sobre a execução do contrato Avaliar a qualidade dos serviços prestados
Fiscal Requisitante do Contrato	Servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional	Confecção e assinatura das eventuais Ordens de Serviço, para fins de encaminhamento formal à Contratada Acompanhar o fornecimento de equipamentos da Contratada Identificar problemas e apontar possíveis soluções Produzir pareceres sobre a execução do contrato Garantir a execução contratual Observar as normas contidas neste Termo de Referência para a execução da gestão contratual
Fiscal Administrativo do Contrato	Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos	Verificar aderência aos termos contratuais Indicar termos não aderentes ao contrato e à legislação pertinente Verificar regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias em relação à Contratada Identificar problemas e apontar possíveis soluções Garantir a execução contratual Observar as normas contidas neste Termo de Referência para a execução da gestão contratual

- 6.1.9. **Forma de pagamento**
- 6.1.9.1. O pagamento será realizado de forma única através de empenho, uma vez que não se trata de contratação de serviços de prestação contínua, conforme descrito na seção **7.5 Do pagamento.**
- 6.1.10. **Formas de transferência de conhecimento**
- 6.1.10.1. As instruções sobre a montagem e manutenção do servidor de licenças serão repassadas em uma videoconferência entre a CONTRATADA e equipe da CONTRATANTE em até 90 dias (tempo de garantia legal) após a entrega das licenças. A referida videoconferência será gravada para fins de documentação;
- 6.1.11. **Procedimentos de transição e finalização do contrato**
- 6.1.11.1. Na finalização do contrato a CONTRATADA deverá fornecer por meio escrito os procedimentos de instalação e manutenção do servidor de licenças;
- 6.2. **QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO II)**

Tabela 9 - Quantidade mínima de bens ou serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD
1	PROCESSADOR DE IMAGEM - Licença flutuante de uso do software de processamento de imagens coletadas por VANT/DRONE	Unidade	8

- 6.3. **MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO III)**
- 6.3.1. Toda comunicação entre o Gestor do Contrato e o representante da empresa deverá ser formal, considerando-se como documentos formais o ofício e as comunicações por correio eletrônico;
- 6.3.2. O Gestor do contrato e o representante da empresa responderão sobre todas as questões sobre o contrato a ser firmado, procurando solucionar todos os problemas que defrontarem, dentro dos limites legais e dentro da razoabilidade
- 6.4. **MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO V)**
- 6.4.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 6.4.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no APÊNDICE III.
- 6.5. **DEFINIÇÃO DO GESTOR E EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**
- 6.5.1. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

"9.1.1. providencie portaria de designação específica para fiscalização de cada contrato, com atestado de recebimento pelo fiscal designado e que constem claramente as atribuições e responsabilidades, de acordo com o estabelecido pela Lei 8.666/93 em seu artigo 67;

9.1.2. designe fiscais considerando a formação acadêmica ou técnica do servidor/funcionário, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato, bem como o comprometimento concomitante com outros serviços ou contratos, de forma a evitar que o fiscal responsável fique sobrecarregado devido a muitos contratos sob sua responsabilidade;

9.1.3. realize sistematicamente o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos fiscais; (Acórdão nº 1094/2013-Plenário)."
- 6.5.2. O Censipam, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da Contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado.
- 6.5.3. A gestão e a fiscalização do contrato será exercida por uma equipes e seus substitutos, designada em portaria específica a ser publicada antes da assinatura do contrato, serão designados fiscais setoriais para os Centros Regionais onde as licenças do item 2 serão utilizadas:

- **Gestor do Contrato:** servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;
- **Fiscal Técnico do Contrato:** servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato;
- **Fiscal Administrativo do Contrato:** servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos;
- **Fiscal Requisitante do Contrato:** servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação;

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 19)

7.1. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1.1. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

"9.1.1. providencie portaria de designação específica para fiscalização de cada contrato, com atestado de recebimento pelo fiscal designado e que constem claramente as atribuições e responsabilidades, de acordo com o estabelecido pela Lei 8.666/93 em seu artigo 67;

9.1.2. designe fiscais considerando a formação acadêmica ou técnica do servidor/funcionário, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato, bem como o comprometimento concomitante com outros serviços ou contratos, de forma a evitar que o fiscal responsável fique sobrecarregado devido a muitos contratos sob sua responsabilidade;

9.1.3. realize sistematicamente o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos fiscais; (Acórdão nº 1094/2013-Plenário)."

7.1.2. A fiscalização do fornecimento de bens e serviços será exercida pela Equipe de Fiscalização do Contrato e pelo Gestor do Contrato, devidamente credenciados, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à Contratada, Art. 67 da Lei n.º 8.666/93, com suas alterações.

7.1.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste .

7.1.4. Conforme inciso I do artigo 31 da Instrução Normativa Nº 1 da SGD/ME, de 4 de abril de 2019, deverá ser realizada reunião inicial com participação dos Fiscais do Contrato, do Representante Legal da Contratada e demais intervenientes identificados.

7.1.5. Conforme alínea “b” do inciso I do artigo 31 da Instrução Normativa Nº 4 da SGD/ME, de 4 de abril de 2019, a pauta da reunião mencionada acima contemplará a entrega, por parte da Contratada, dos Termos de Compromisso e de Responsabilidade nos casos em que se aplicarem.

7.1.6. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

7.1.7. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7.1.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

7.1.9. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.1.11. A verificação de aderência aos termos contratuais, ficará a cargo do Gestor do Contrato.

7.1.12. O encaminhamento das notificações de correção à Contratada, estão a cargo do Gestor do Contrato ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do Contrato.

7.1.13. O eventual encaminhamento de indicação de glosas e sanções se dará por parte do Gestor do Contrato para a Área Administrativa do CENSIPAM.

7.1.14. Uma vez concluídas todas avaliações e análises e não houverem mais pendências, será procedida a confecção e assinatura do Termo de Aceite, a cargo do Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico do Contrato, com base nas informações produzidas nos parágrafos acima.

7.1.15. A verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, ficará a cargo do Fiscal Requisitante do Contrato, com apoio do Fiscal Técnico.

7.1.16. A verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do Contrato, ficará a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato.

7.1.17. O encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual, ficará a cargo do Gestor do Contrato.

7.1.18. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.19. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto na IN SGD/ME 01/2019, aplicável no que for pertinente à contratação.

7.2. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019, art. 19, Inciso I)

7.2.1. O fornecimento das licenças, no item I serão avaliados e fiscalizados de acordo com suas especificações e qualidade da entrega efetuada.

7.2.2. O Gestor do Contrato deverá dar o aceite dos bens fornecidos e serviços prestados, certificando formalmente que estes estejam de acordo com as especificações.

7.2.2.1. Todas as licenças deverão ser checada quanto à versão correta do software, e;

7.2.2.2. A comunicação dos nós da ponta com o servidor de licenças de software;

7.2.3. No caso de inconsistências observadas, este deverá elaborar documento circunstanciado.

7.2.4. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições previstas, a Contratante, por meio da equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, lavrará relatório circunstanciado dirigido à Gerência de Compras e Licitações, que adotará as medidas cabíveis.

7.2.5. Não concluídos os serviços e/ou o fornecimento e a instalação das licenças dentro do prazo previsto neste documento, o licitante vencedor estará sujeito às sanções administrativas previstas.

7.3. PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019, art 19, Inciso I)

7.3.1. Se dará por meio dos seguintes mecanismos:

- definições contidas na seção 6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.
- definições contidas nesta seção 7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.
- especificações técnicas, contidas neste documento.

7.4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO - (IN SGD/ME 01/2019, art. 19, Inciso III e IV)

- 7.4.1.

Das Glosas
- 7.4.1.1.

Não se aplica.
- 7.4.2.

Das Multas
- 7.4.2.1.

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

a) cometer fraude fiscal.

b) comportar-se de modo inidôneo; ou

c) falhar ou fraudar na execução do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto;

e) não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 7.4.2.2.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

• **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

• **Multa de:**

o 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por inexecução parcial da obrigação assumida;

o 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

o 0,2% a 3,2% por dia limitado ao valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das Tabelas 14 e 15, abaixo e, superado o valor mensal do contrato, caracterização de inexecução parcial do contrato;

o Multas decorrentes de infrações geradas conforme relacionado abaixo:
- Tabela 8 - Graus de infrações
- | GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|----------------------------------|
| 1 | 1% do valor total da Contratação |
| 2 | 2% do valor total da Contratação |
| 3 | 3% do valor total da Contratação |
| 4 | 4% do valor total da Contratação |
- Tabela 9 - Infrações
- | INFRAÇÃO | | |
|------------------------------------|--|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 1 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência. | 01 |
| 4 | Cumprir os prazos para entrega dos materiais. | 04 |
| 3 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência. | 03 |
| 2 | Comprovar, quando for o caso, a origem dos bens importados oferecidos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, no momento da entrega do objeto. | 02 |
- **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar** no âmbito do CENSIPAM e por todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos.

• **Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

• **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

• **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.4.2.3.

A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e definidas neste Termo de Referência.

7.4.2.4.

As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

7.4.2.5.

As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.4.2.6.

Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

• tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

• tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

• demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.2.7.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.2.8.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.4.2.9.

Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.2.10.

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.4.2.11.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.4.2.12.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.4.2.13.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.4.2.14.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- https://super.defesa.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=7717443&infr...

9/19

- 7.4.2.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.5. **Do Pagamento - (IN. 01/2019, art. 19, inciso V)**
- 7.5.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a liberação das licenças, realização dos testes e encaminhamento da fatura;
- 7.5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.
- 7.5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.5.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.5.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- o prazo de validade;
 - a data da emissão;
 - os dados do contrato e do órgão contratante;
 - o período de prestação dos serviços;
 - o valor a pagar; e
 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 7.5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.5.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 7.5.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 7.5.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no Art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.5.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.5.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 7.5.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.5.14. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.
- 7.5.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 7.5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX)
I = (6 / 100) / 365
I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%

8. **ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 20)**

- 8.1. Foi realizada pesquisa para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral mediante a utilização dos seguintes parâmetros, em atenção ao INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020:
- I - Paineis de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprescos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
- II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
- 8.2. Foram localizados preços de compras no âmbito do Governo Federal.
- 8.3. Foi realizada análise crítica da pesquisa de preços, consolidada no documento 6736146.

Tabela 15 - Estimativa de Preços

Item	Especificação	Valor Unitário	Quantidade	Valor Estimado	Preço Máximo
1	PROCESSADOR DE IMAGEM - Licença fluante de uso do software de processamento de imagens coletadas por VANT/DRONE Agisoft Metashape Professional	R\$ 39.007,72	8	R\$ 312.061,72	R\$ 312.061,72
TOTAL ANUAL ESTIMADO				R\$ 312.061,72	R\$ 312.061,72

- 8.4. Assim o valor global para a contratação é de **R\$ 312.061,72** (trezentos e doze mil, sessenta e um reais e setenta e dois centavos).
9. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 21)**

9.1. Adequação Orçamentária - (IN SGD/ME 01/2019, art. 21, inciso I)

9.1.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida à manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2023, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

Órgão/Gestão: 110511/0001;

Programa **6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;**

Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam;

Fonte: 1000 - Recursos Livres da União;

Plano Orçamentário (PO): 0003 – Monitoramento ambiental e de ilícitos e Desenvolvimento Sustentável;

Programa de Trabalho Resumido (PTRES): **168624;**

Natureza da Despesa: 44.90.40.05 – Aquisição de Software Pronto; e

Código do PTA/2023: 181/23 – 08 (oito) licenças para processamento de imagens de Drones CGAMB/CGINT.

Código do PCA/2023: 91/2023-Aquisição, mediante licitação, de 8 (oito) licenças de software de processamento de imagens de VANT/DRONE, para atender expansão das áreas de atuação do projeto SIPAMHidro.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato vigorará por 3 meses (garantia legal), contados da data de assinatura do contrato, improrrogáveis..

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS – (IN SGD/ME 01/2019 ART. 24)

11.1. Nas contratações de serviços de Tecnologia da Informação em que haja previsão de reajuste de preços por aplicação de índice de correção monetária, é obrigatória a adoção do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

11.2. Acesso em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/icti/>.

11.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI.

11.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – (IN SGD/ME 01/2019 ART. 23)**12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação**

12.1.1. O regime de execução do contrato será o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL em razão de a liquidação de despesas não envolver, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do Art. 6º, inciso VIII, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993.

12.1.2. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de serviços baseia-se em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Termo de Referência, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los. Caracterizando-se como “serviço comum” conforme Art. 9º, §2º do Decreto 7.174/2010.

12.1.3. O tipo e critério de julgamento da licitação é o a de menor preço do grupo para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

12.1.4. De acordo com o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço do grupo.

12.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

12.2.1. Conforme descrito no item “3.4. Parcelamento da Solução de TIC”, a EPC entendeu pelo não parcelamento da solução.

12.3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação - (IN SGD/ME 01/2019 Art. 23, inciso IV)

12.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.3.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3.3. A Empresa a ser Contratada deverá estar em regularidade no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF ou no caso do licitante que não esteja cadastrado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 2010 deverá apresentar documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação econômica-financeira.

12.3.4. Será realizada a exigência da apresentação de comprovante de fornecimento de 50% do quantitativo de licenças do objeto pretendido, neste caso 4 (quatro) licenças.

12.3.5. Cumprir enfatizar ainda que de acordo com o Tribunal de Contas da União (acórdão 433/2018 - Plenário), a exigência editalícia de qualificação técnica específica ao objeto, desde que tecnicamente justificada, é admitida como medida acautelatória adotada pela administração, pois visa assegurar o cumprimento da obrigação assumida, não constituindo, por si só, restrição indevida. Além disso, referido tribunal somente veda a fixação de quantitativo mínimo nos editais superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretender contratar (acórdão nro 827/2014 - Plenário, nº 1052/2012 - Plenário e nº 737/2012 - Plenário), sendo que neste caso, foi exigido 50%.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

14.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD 4446, de 18 de Agosto de 2022 (5555256).

14.2. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os requisitos técnicos, de negócio e administrativos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

Belém / PA, na data da assinatura.

DESPACHO 1:

1) Este Projeto Básico foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, em harmonia com o modelo disponibilizado no site do Governo Digital <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/termo-de-referencia-ou-projeto-basico-v2-0.odt>.

2) Houve especificação detalhada e suficiente do objeto, com elementos técnicos necessários, suficientes e com nível de precisão adequado.

3) Encaminhe-se à SETEC-BE para conferência e manifestação.

THIAGO DE LIMA MARTAROLE Integrante Requisitante	BENEDITA SOARES CHAVES Integrante Administrativo	JOÃO BOSCO GALDINO SILVA Integrante Técnico
--	--	---

DESPACHO 2:

1) Conferido e de acordo.

2) Documentos de planejamento da contratação em conformidade com a IN SGD/ME 1/2019 e existe previsão no PDTIC vigente.

3) Encaminhe-se à DITEC para aprovação.

AUGUSTO RABELO CHAVES
Chefe de Serviço Técnico de Belém

Ciente, encaminhe-se.

FÁBIO SIMÃO LUIZ OLIVEIRA
Gerente do Centro Regional de Belém

DESPACHO 3:

1) Aprovo, de acordo com o art. 7º, 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, bem como a Delegação de Competência prevista na Portaria nº 2157/DIGER/CENSIPAM/SG-MD, de 16 de junho de 2020 (2381720).

2) Encaminhe-se ao Ordenador de Despesas, para manifestação nos termos do art. 7º, §2º, III, da Lei 8.666/93

RENATA BITAR TIVERON
Diretora Técnica

DESPACHO 3:

1) Aprovo, de acordo com o art. 7º, § 2º, inciso II e III, da Lei nº 8.666/93.

2) Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o art. 7º, §2º, III, da Lei 8.666/93, e que a despesa é compatível com os limites e cronogramas definidos nos normativos aplicáveis ao exercício em que se dará a contratação.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Ordenador de Despesas

APÊNDICE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Processamento de imagens de drone para geração de produtos 2 e 2,5D;
O objeto não contempla fornecimento de equipamentos pela contratada.
Deve permitir conexão de no até 8 (oito) usuários simultaneamente através de licenças flutuantes, sem limitações de tempo de conexão;
Deve permitir desvinculação de licença para uso offline, em missões de campo;
Processamento de vários tipos de imagens: antena (baixa, oblíqua) / fechadura. Calibração automática: quadro (olho de peixe) / câmeras esféricas / cilíndricas.
Suporte a vários projetos de câmera.
Elaborar edição de modelo para obter resultados precisos. Classificação de pontos para personalizar a reconstrução de geometria. Exportação de LAS para se beneficiar do fluxo de trabalho clássico de processamento de dados pontuais.
Modelo de superfície digital e / ou digital de terreno (com suporte de customização de parâmetros para classificação e diferenciação automática entre superfícies de solo);
Georreferenciamento com base em metadados EXIF / log de voo: dados GPS / GCPs;
Gerar relatório de processamento contendo informações do projeto, como: Prévias visuais do processamento, Mapa de densidade de cobertura de câmeras, gráfico de calibração da câmera, Mapa de localização das câmeras com índice de deslocamento horizontal e vertical, mapas e tabelas contendo os deslocamentos dos pontos de controle e checagem, sumário geral de processamento com informações como projeção do projeto e parâmetros de cada etapa do processamento.
Suporte a sistemas de coordenadas de registro EPSG: WGS84, UTM, etc
Exportação orto-mosaico georreferenciado - Orto-mosaico georreferenciado: formato geoTIFF mais compatível com GIS; Arquivo .KML a ser localizado no Google Earth. Exportação em blocos para grandes projetos. Correção de cor para textura homogênea.
Medições - distâncias, áreas, volumes: Ferramentas incorporadas para medir distâncias, áreas e volumes. Para realizar análises métricas mais sofisticadas, devem poder ser facilmente transferidos para ferramentas externas por uma variedade de formatos de exportação.
Pontos de controle terrestre - topografia de alta precisão: Os GCPs são importados para controlar a precisão dos resultados. Detecção automática de códigos / códigos não codificados para entrada rápida de GCPs.
Ferramenta de barra de escala para definir a distância de referência sem implementação de equipamentos de posicionamento.
Processamento de imagens multiespectral: Processamento de imagens RGB / NIR / térmico / multiespectral. Reconstrução rápida com base em canais preferenciais.
Geração ortomossômica multicanal para cálculo e exportação de índices de vegetação integrados (NDVI).
Modelo 3D: geração e texturização: Várias cenas: artefatos, edifícios, interiores, pessoas, etc. Texturas fotorrealistas: HDR e suporte multifile.
Processamento de rede: Cálculos distribuídos em uma rede de computadores para usar o poder combinado de múltiplos nós para processamento de conjuntos de grandes dados em um único projeto.

OBSERVAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

Todas as licenças, referentes aos softwares e/ou drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Censipam, legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”.

A CONTRATADA é responsável por todos os procedimentos de configuração dos serviços, configurações de nuvem a fim de deixar o produto pronto, funcional para a utilização do Censipam.

As versões de software do produto ofertado pela Empresa Licitante deverão estar sendo comercializadas normalmente através dos canais de venda do fabricante no Brasil.

O fabricante do produto deverá possuir suporte técnico/representante/fornecedor para atendimento em território nacional (Brasil), em idioma Português/BR, para a versão/modelo ofertado pela Empresa Licitante.

A Empresa Licitante deverá ter adquirido os produtos através de um canal do fabricante, para produtos especificados pelo fabricante para uso no Brasil.

CONDIÇÕES DE ENTREGA

- Deverão ser entregues:
- Todos os softwares ou drivers para uso do serviço contratado devem estar disponíveis para download no site do fabricante ou fornecedor.
 - Todas as licenças de utilização para os softwares e drivers fornecidos. Este item será considerado atendido se houver a disponibilização do link do site do fabricante dos softwares e drivers comprovando as condições de licenciamento para o Censipam.
 - Manuais técnicos do usuário e de referência, originais, em português do Brasil ou inglês, contendo as informações sobre os produtos/serviços e suas funcionalidades com as instruções para instalação, configuração, operação das funcionalidades e administração do produto, confeccionados pelo fabricante, podendo ser em meio físico ou digital. Este item será considerado atendido se houver a disponibilização para download dos manuais citados em site do fabricante ou fornecedor.

APÊNDICE II - MODELO DE PROPOSTA

Empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

CNPJ: _____

Ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM
Ministério da Defesa

15. **OBJETO:**

15.1. Fornecimento de licenças de uso permanente de software de processamento de VANT/DRONE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

16. **PREÇO:**

Tabela 1 - Bens e serviços que compõem a solução a ser adquirida.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ÚNICO	1	PROCESSADOR DE IMAGEM - Licença flutuante de uso do software de processamento de imagens coletadas por VANT/DRONE		27472	Und.	8		

17. **REQUISITOS TÉCNICOS**

17.1. <Obrigatoriamente o proponente deverá descrever todos os requisitos dos produtos e repasse de conhecimento conforme orientação e exigências previstas no Termo de Referência>

LOCAL E DATA
VALIDADE DA PROPOSTA:

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

APÊNDICE III - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA.**TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO
(MODELO)**

O CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – Censipam, vinculado ao Ministério da Defesa, Tecnologia e Inovação – MCTI, com Inscrição no CNPJ/MJ sob nº 07.129.796/00001-26, com sede no Setor Policial, Área Especial 5, Quadra 3, Bloco “K”, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-200, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a , sediada em , CNPJ n.º , doravante denominada CONTRATADA; CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE; Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I- Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II- Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III- Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I- A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por Escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I- Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I- Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II- Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III- Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas. Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I. A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, _____ de _____ de 2023.

De Acordo

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS

NOME:	_____	CPF:	_____
NOME:	_____	CPF:	_____

TERMO DE CIÊNCIA
(MODELO)

Contrato N°:

Objeto:

Contratante:

Gestor do Contrato:	Matrícula:
Contratada: CNPJ:	
Preposto da Contratada:	CPF:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e Conhecer o teor o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes no Censipam.

Brasília, ____ de _____ de 2019.

Ciência

CONTRATADA

Funcionários

NOME: _____ Matrícula: _____
NOME: _____ Matrícula: _____

APÊNDICE IV - MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL

TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Identificação

Contrato Número:	
Objeto:	
Contratante:	
CNPJ:	
Contratada:	
CNPJ:	

Termos

1. Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe, e ressaltar o que segue:

I -O presente contrato está sendo encerrado por motivo de: .

II - As partes concedem- se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, exceto as relacionadas no inciso a seguir.

III - Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

a) As obrigações relacionadas a processos iniciados e/ou vigentes de penalização contratual;

b) A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados;

c) O comprometimento firmado no Termo de Compromisso;

d) Outras pendências caso existam.

Reiteram as partes que o foro da dirimir qualquer conflito decorrente do contrato em epígrafe será o de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

De acordo

Contratante	Contratada
Autoridade da Área Administrativa	Representante Legal
<div>_____</div> <div>Matrícula:</div>	<div>_____</div>
Manaus, _____ de _____	de 20 ____.

APÊNDICE V -
MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.



MINISTÉRIO DA DEFESA

SECRETARIA-GERAL

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

1 - Identificação

OFBS nº	Data do recebimento:
Dados do Contrato	
Contrato/NE nº	Processo NUP:
Contratada:	CNPJ:
Representante da contratada:	
Objeto contratual:	

2 - Equipe de fiscalização de recebimento definitivo.

Gestor:	
Fiscal Técnico:	
Fiscal Requisitante:	
Fiscal Administrativo:	
Nº do Portaria e Boletim da publicação da equipe:	

3 - Referências contratuais.

4 - Itens recebidos definitivamente.

5 - Relatório de análise do recebimento definitivo.

Com aprovação total ou parcial, observações e relato das inconsistências.

6 - Signatários do Termo de Recebimento Definitivo.

O Gestor e o Fiscal Técnico do Contrato atestam que foi recebido definitivamente, com/sem pendências, o material/serviço em conformidade com o objeto do referido contrato.

Ratificamos por meio deste Termo de Recebimento Definitivo a plena concordância com seu conteúdo e, para tanto, o subscrevemos:

Brasília, de de 202x.

Gestor do Contrato

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula:

Matrícula:

APÊNDICE VI -

MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1 - Identificação

OFBS nº	Data do recebimento:
Dados do Contrato	
Contrato/NE nº	Processo NUP:
Contratada:	CNPJ:
Representante da contratada:	
Objeto contratual:	

2 - Equipe de fiscalização de recebimento definitivo.

Gestor:	
Fiscal Técnico:	
Fiscal Requisitante:	
Fiscal Administrativo:	
Nº do Portaria e Boletim da publicação da equipe:	

3 - Referências contratuais.

4 - Itens recebidos definitivamente.

5 - Relatório de análise do recebimento definitivo.

Com aprovação total ou parcial, observações e relato das inconsistências.

6 - Signatários do Termo de Recebimento Definitivo.

O Gestor e o Fiscal Técnico do Contrato atestam que foi recebido definitivamente, com/sem pendências, o material/serviço em conformidade com o objeto do referido contrato.

Ratificamos por meio deste Termo de Recebimento Definitivo a plena concordância com seu conteúdo e, para tanto, o subscrevemos:

Brasília, de de 202x.

Gestor do Contrato

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula:

Matrícula:

APÊNDICE VII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ID 6738281



Documento assinado eletronicamente por **Thiago de Lima Martarole, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 11/12/2023, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **João Bosco Galdino Silva, Assessor(a)**, em 11/12/2023, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Benedita Soares Chaves, Assessor(a)**, em 11/12/2023, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Rabelo Chaves, Chefe**, em 11/12/2023, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Simão Luiz Oliveira, Gerente do Centro Regional**, em 11/12/2023, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Bitar Tiveron, Diretor(a)**, em 12/12/2023, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 15/12/2023, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6770488** e o código CRC **A383B659**.